



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

GABINETE DO PREFEITO

GAP/OF/Nº 126/2025

Votuporanga, 21 de fevereiro de 2025.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, revimo-nos deste para, em atendimento ao Requerimento nº 24/2025, de autoria do vereador Cabo Renato Abdala, encaminhar informações da Secretaria Municipal da Educação, conforme anexo.

Na oportunidade, reitero os protestos do mais alto apreço e distinta consideração.

Atenciosamente.

Jorge Augusto Seba
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
DANIEL DAVID
Presidente da Câmara Municipal de
VOTUPORANGA - SP.

assinado por 1 pessoa: JORGE AUGUSTO SEBA
para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://votuporanga.1doc.com.br/verificacao/BEF4-2570-87C1-E384> e informe o código BEF4-2570-87C1-E384





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BEF4-2570-87C1-E384

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JORGE AUGUSTO SEBA (CPF 589.XXX.XXX-53) em 21/02/2025 16:20:15 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 G2 << AC SOLUTI v5 G2 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://votuporanga.1doc.com.br/verificacao/BEF4-2570-87C1-E384>



Proc. Administrativo 2- 1.665/2025

De: Ederson B. - SEEDU

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 12/02/2025 às 11:40:17

Setores envolvidos:

SMTGC-DAAL, SEEDU, APAD

Requerimento 24/2025 - vereador Renato Abdala - Transporte Escolar

Bom dia!

O direito ao transporte escolar é assegurado pela legislação brasileira, visando garantir o acesso e a permanência dos alunos na educação básica pública. A Constituição Federal de 1988 estabelece que é dever do Estado oferecer programas suplementares, incluindo o transporte escolar, para atender os educandos em todas as etapas da educação básica (art. 208, VII).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, reforça essa obrigação, determinando que:

- Os Estados são responsáveis por assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual (art. 10, VII).
- Os Municípios devem assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal (art. 11, VI).

Essas disposições foram introduzidas pela Lei nº 10.709/2003, que alterou a LDB para explicitar as responsabilidades dos entes federativos quanto ao transporte escolar.

Além disso, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), instituído pela Lei nº 10.880/2004, oferece assistência financeira suplementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir o transporte dos alunos da educação básica pública residentes em áreas rurais.

Para ser beneficiado pelo transporte escolar, o aluno deve estar regularmente matriculado na rede pública de educação básica. Embora a legislação federal não especifique critérios adicionais, Estados e Municípios podem estabelecer normas complementares, como a distância mínima entre a residência do aluno e a escola ou a inexistência de vagas em unidades escolares próximas. Por exemplo, algumas regulamentações locais consideram uma distância mínima de dois quilômetros entre a residência do aluno e a escola para a concessão do transporte escolar.

É importante que pais e responsáveis verifiquem as normas específicas de sua localidade, pois os critérios podem variar conforme a legislação estadual ou municipal. Em caso de dúvidas ou para solicitar o benefício, recomenda-se entrar em contato com a Secretaria de Educação do respectivo Município ou Estado.

—
Ederson Marcelo Batista
Secretário de Educação

assinado por 1 pessoa: EDERSON MARCELO BATISTA
para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://votuporanga.1doc.com.br/verificacao/B2E3-201F-ED49-3699>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B2E3-201F-ED49-3699

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDERSON MARCELO BATISTA (CPF 222.XXX.XXX-08) em 12/02/2025 11:52:37 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://votuporanga.1doc.com.br/verificacao/B2E3-201F-ED49-3699>